



EUROPEAN PARLIAMENT - Eurodeputada LILIANA RODRIGUES

GABINETE EUROPEU DA MADEIRA

Sessão Plenária de Estrasburgo

3 a 6 de Julho de 2017

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a Eleição da Arábia Saudita como membro da comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher

- Fonte1: Visão - 24 de Abril de 2017

Link: <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2017-04-24-Na-Arabia-Saudita-as-mulheres-nao-podem-sequer-conduzir.-Mas-o-pais-foi-eleito-para-a-Comissao-para-os-Direitos-das-Mulheres-da-ONU>

A nação islâmica vai debater a igualdade de género nas Nações Unidas, embora seja dos países que mais limita os direitos das mulheres. Aqui ficam sete exemplos de coisas que as sauditas não podem fazer.

Evandro Feroni

A Arábia Saudita foi eleita para a Comissão para os Direitos das Mulheres da ONU no último domingo, 23. A decisão de colocar a nação islâmica ultraconservadora no grupo de 45 países que debatem a promoção da igualdade de género e os direitos das mulheres no mundo revoltou grupos de direitos humanos. "É como colocar um incendiário o chefe dos bombeiros de uma cidade", disse Hillel Neuer, diretor da ONG UN Watch (Observatório das Nações Unidas).

É quase impossível para uma mulher ter uma vida comum na Arábia Saudita sem a supervisão de um homem. Uma polícia religiosa, a mutaween, é responsável por controlar se as mulheres estão a quebrar alguma das inúmeras regras de segregação do país. Veja algumas das coisas que as mulheres não podem fazer no país que agora tem a função de promover (ou não...) os seus direitos no mundo.

Viajar, estudar ou trabalhar sem autorização de um homem

Pela lei saudita, uma mulher é obrigada a ter sempre um guardião do sexo masculino, seja o marido ou algum membro da família. Este guardião, chamado de *wali*, é quem decide se uma mulher se pode casar ou divorciar, viajar (caso tenha menos de 45 anos), estudar, trabalhar, abrir uma conta bancária ou até mesmo submeter-se a alguns procedimentos cirúrgicos.

Conduzir

Não há legislação oficial que proíba as mulheres de se sentarem atrás de um volante, mas o preconceito cultural é tão forte que na prática se tornou lei. Diversas campanhas já foram feitas no país a pedir que elas possam conduzir livremente, mas sem sucesso. Em novembro do ano passado, a Assembleia Consultativa, conhecida como *Shura*, recusou-se a analisar a questão. De acordo com um dos membros do conselho, as mulheres estariam "expostas ao mal", caso conduzissem.

"Mostrar a sua beleza"

O código de vestimenta para as mulheres sauditas é famoso (ou infame) em todo o mundo. Mesmo nas regiões em que não são tecnicamente obrigadas a cobrir o rosto, continuam expostas a críticas e punições caso não cubram suficientemente a cabeça ou usem demasiada maquilhagem. Em 2015, a Shura recomendou que todas as apresentadoras de televisão usassem "roupas modestas" e que não mostrassem "demais a sua beleza".

Votar livremente

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

As mulheres sauditas conquistaram em 2015 o direito de se candidatarem e votarem em eleições locais. Apesar do avanço, as candidatas só podiam fazer discursos escondidas por uma divisória ou, em alternativa, serem representadas por um homem. E também não têm direito de voto em plebiscitos acima dos locais.

Passar muito tempo com um homem

É proibido uma mulher saudita interagir tempo "a mais" com um homem que não seja da sua família. A maior parte dos edifícios públicos possuem entradas diferentes para homens e mulheres. Transportes públicos, parques e praias também são segregados em muitas partes do país. Desrespeitar a lei resulta em punições para ambos, mas a mulher costuma sofrer os castigos mais severos.

Praticar desporto sem limitações

Já foi muito mais difícil a situação do desporto feminino na Arábia Saudita, mas ainda não é fácil. O país enviou uma delegação feminina a uns Jogos Olímpicos pela primeira vez em 2012, embora não tenha havido cobertura das atletas nos jornais locais (e elas foram obrigadas a ser acompanhadas por um homem). Ainda não há uma seleção feminina de futebol. Em 2013, foi aberto o primeiro centro desportivo exclusivo para mulheres no país, mas elas continuam proibidas de praticarem desporto nas escolas públicas.

Experimentar uma roupa dentro da loja

De acordo com um relato publicado em 2010 na revista americana *Vanity Fair*, uma mulher é livre para experimentar o que quiser numa loja, quando estiver numa área segregada. Caso seja um estabelecimento que também permita homens, a ordem é que comprem e depois experimentem em casa.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a Eleição da Arábia Saudita como membro da comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher

- Fonte2: ACEGIS - 24 de Abril de 2017

Link: <http://acegis.com/2017/04/24/onu-elege-arabia-saudita-comissao-dos-direitos-das-mulheres/>

ONU elege Arábia Saudita para Comissão dos Direitos das Mulheres

A Arábia Saudita é internacionalmente reconhecida como um dos Estados que impõe os maiores níveis de restrições aos direitos da mulher em todo mundo.

A pergunta que se impõe: *Pode o regime mais misógino do mundo, onde impera a discriminação e sistemática violação dos direitos da mulher, se sentar na Comissão para os Direitos das Mulheres da ONU*

O Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC) elegeu 13 membros, incluindo a Arábia Saudita, para o mandato de quatro anos (2018-2022) na Comissão dos Direitos das Mulheres, principal organismo internacional de promoção da igualdade de género e dos direitos da mulher.

A Comissão dos Direitos das Mulheres, Commission on the Status of Women (CSW), conta com 45 países, nesta eleição participaram os 54 membros do Conselho Económico e Social, entre os quais Portugal.

A Arábia Saudita foi eleita, através de voto secreto, obtendo 47 votos dos 54 países que participaram nesta eleição. Pelo menos cinco países da União Europeia votaram a favor da eleição da Arábia Saudita para a Comissão dos Direitos das Mulheres da ONU.

O diretor executivo A Organização Não Governamental (ONG) ONU Watch, Hillel Neuer, criticou esta escolha considerando "um absurdo" o resultado da votação do "regime mais misógino do mundo":

"A Arábia Saudita provavelmente tem os piores resultados em todo o mundo na área de liberdade religiosa e direitos das mulheres".

"Eleger a Arábia Saudita para proteger os direitos das mulheres é como escolher um incendiário para chefe dos bombeiros", Hillel Neuer.

A Arábia Saudia é um dos países onde a liberdade das mulheres é mais limitada e que impõe mais restrições aos direitos da mulher em todo mundo.

Contudo, foi eleita para fazer parte da Comissão para os Direitos das Mulheres da ONU, obtendo 47 votos dos 54 países membros do Conselho Económico e Social.

Igualdade de Género: Arábia Saudita ocupa o 141º lugar entre 144 países

De acordo com o relatório 'Global Gender Gap Report 2016', publicado pelo Fórum Económico Mundial, a Arábia Saudita ocupava os últimos lugares do ranking global da igualdade de género, ficando em 141º lugar.

A Arábia Saudita é internacionalmente reconhecida como um dos Estados que impõe os maiores níveis de restrições aos direitos da mulher em todo mundo.

As mulheres não podem conduzir, e precisam de ter permissão de um membro da família do sexo masculino, normalmente o pai, marido ou irmão – no caso de uma viúva do filho – para obter um passaporte, viajar, casar, estudar, trabalhar ou simplesmente ter acesso a cuidados de saúde.

Em 2015 a Arábia Saudita era o último país do mundo a negar às mulheres o direito ao voto.

Recordamos que só em dezembro de 2015 foi permitido às mulheres participar em atos eleitorais enquanto candidatas e votantes. Nas primeiras eleições abertas ao voto feminino, quatro mulheres fizeram história e conseguiram ser eleitas para os conselhos municipais.

A eleição da Arábia Saudita para este organismo surge poucos meses depois de ter sido reeleita para Conselho dos Direitos Humanos (CDH) com 152 votos, em outubro de 2016, como membro do grupo Ásia-Pacífico.

A eleição teve lugar na Assembleia Geral das Nações Unidas a 28 de outubro de 2016, no qual foram eleitos 14 membros e cumprem um mandato de três anos com início em 2017.

A eleição da Arábia Saudita gerou fortes críticas, precisamente pelo seu desempenho na área dos direitos humanos e com base no elevado número de execuções e outras violações de direitos a nível interno e externo.

Como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Arábia Saudita está vinculada a cumprir e fazer cumprir os mais elevados padrões de direitos humanos.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a Eleição da Arábia Saudita como membro da comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher

Terça-feira, dia 4

Apresentação de relatórios:

- **Sobre o Reino da Arábia Saudita e alguns números:**

Capital: Riade

População: 30 886 545

Regime Político: Monarquia absoluta (Regime autoritário)

- O Reino da Arabia Saudita é o maior produtor mundial de petróleo e fundador e membro dirigente do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e do Grupo G-20;

- Cerca de 75% das receitas orçamentais e cerca de 90% das receitas de exportação vêm da indústria do petróleo.

- A UE é o principal parceiro comercial da Arabia Saudita, com 15 % do comércio total, e que o Reino da Arabia Saudita é o 11.º maior parceiro comercial da UE;

- O Reino da Arabia Saudita é uma monarquia absoluta e hereditária, em que não existe um parlamento eleito; O rei é [Salman bin Abdul Aziz Al-Saud](#) e o príncipe herdeiro é [Mohammad bin Salman](#).

- No domínio dos direitos humanos, o historial do país continua sombrio, com lacunas importantes entre as suas obrigações internacionais e a respetiva execução;

- Segundo o Índice global de igualdade de género, a Arábia Saudita encontra-se na 141.ª posição, de um total de 144 países;

- O país faz fronteira com a Jordânia, o Iraque, o Kuwait, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, a Omã e o Iémen.

- Cerca de 97% da população é muçulmana. Ao nível do sistema legal e direito civil, é utilizada a Lei Sharia. Não há separação entre a religião e o estado e o Alcorão é vista como a constituição oficial do país.

- Na Arábia Saudita ainda existe a tortura, o castigo físico e a pena de morte.

Mais estatísticas sobre a Arábia Saudita: <https://pt.actualitix.com/pais/sau/estatistica-apresentacao-arabia-saudita.php>

- **Alguns dados em ter em conta sobre o tema:**

- A eleição da Arábia Saudita como membro das Nações Unidas na Comissão dos Direitos das Mulheres aconteceu em Abril de 2017. O regime saudita obteve 47 votos dos 54 países presentes na eleição.

- Todas as mulheres, independentemente da idade e estado civil, precisam de ter um guardião civil (precisam da autorização do guardião para trabalhar e viajar, por exemplo);

- Reino da Arabia Saudita é o único país no mundo em que as mulheres não estão autorizadas a conduzir, e que, embora não exista uma lei oficial que as proíba de o fazer, um decreto

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

ministerial de 1990 formalizou uma proibição [consuetudinária](#) em vigor e as mulheres que tentem conduzir arriscam-se a ser detidas;

- As primeiras eleições municipais de sempre na Arabia Saudita, em 2005, constituíram o primeiro processo eleitoral da história do país;

- Em 2015, apenas metade dos membros dos concelhos municipais foram eleitos, enquanto a outra metade ainda foi nomeada pelo Rei;

- Em 2014, foram nomeadas, pela primeira vez, 30 mulheres para o Conselho consultivo Shura, e só em 2015 é que as mulheres estiveram autorizadas a votar nas eleições municipais;

- O número de mulheres matriculadas em instituições do ensino superior em 2011 totalizou 473 725 (429 842 homens), ao passo que, em 1961, apenas 4 mulheres estavam inscritas, e que o número de mulheres licenciadas dessas instituições ascendeu a 59 948 (55 842 homens);

- A percentagem de estudantes do sexo feminino em todos os níveis de ensino aumentou de 33 %, em 1974-75, para 81 %, em 2013;

links úteis: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/rankings/>
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2014-0125+0+DOC+PDF+V0//PT>

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre uma estratégia da UE no domínio das relações culturais internacionais

- **Fonte1: Diário de Notícias - 29 de Junho de 2017**

Link: <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/o-tecido-cultural-da-europa-8599175.html>

O tecido cultural da Europa

Quando falamos de património cultural, há a tentação de pensar que falamos de antigualhas, de coisas do passado, irremediavelmente perdidas num canto recôndito da nossa memória. Puro engano! Referimo-nos à memória viva, seja ela referida a monumentos, sítios, tradições, seja constituída por acervos de museus, bibliotecas e arquivos. Mas fundamentalmente tratamos de conhecimentos ou de expressões da criatividade humana... Ter memória é, assim, respeitarmo-nos. Cuidar do que recebemos é dar atenção, é não deixar ao abandono. Por isso, o património cultural que devemos proteger é sinal para que o que tem valor hoje e sempre não seja deixado ao desbarato. Como poderemos preservar o que é novo se não cuidarmos do que é de sempre?

O objetivo do Ano Europeu do Património Cultural (2018) é sensibilizar para a história e os valores europeus e reforçar o sentimento da identidade europeia. Mas, mais do que isso, é considerar esses valores e essa identidade como realidades abertas ao encontro de outras realidades - sabendo-se os desafios que o património cultural enfrenta e que têm impacto, desde a transição para a era digital até à pressão ambiental e física, sem esquecer a prevenção e o combate do tráfico ilícito de bens culturais. Daí a necessidade de promover a diversidade cultural, o diálogo entre culturas e a coesão social, de realçar o contributo económico do património cultural para os setores criativos e para o desenvolvimento e de salientar o papel do património cultural nas relações internacionais, desde a prevenção de conflitos à reconciliação pós-conflito e à recuperação de património destruído.

Quando coordenámos a Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural na sociedade contemporânea, assinada em Faro a 27 de outubro de 2005, a preocupação fundamental foi a de pensar na noção de património cultural comum e de construir um conceito de responsabilidade partilhada - envolvendo o património construído e material, o património imaterial e a criação contemporânea. As políticas públicas de cultura devem, assim, começar pelo cuidado da herança e da memória. E, de facto, o património cultural não se refere apenas ao passado, mas à permanência de valores comuns, à salvaguarda das diferenças e ao respeito do que é próprio, do que se refere aos outros e do que é herança comum. Como compreenderemos a Europa sem o diálogo entre a tradição e o progresso, sem a compreensão das raízes e sem a complementaridade entre judeus, cristãos e muçulmanos? Urge compreender, afinal, que o que tem mais valor é o que não tem preço. E isso é difícil de entender quando há quem pense que tudo se pode comprar ou vender. Não pode. E é a compreensão do património cultural que nos permite assumir uma cidadania civilizada. Desde o convento de Tibães ou da charola do Convento de Cristo à custódia de Belém, passando pelos vestígios da escrita do Sudoeste, pela pintura atribuída a Nuno Gonçalves, pela poesia trovadoresca, pela lírica e épica de Camões ou pelo Romanceiro recolhido por Garrett, estamos perante símbolos do caminho singularíssimo de um povo, que se afirmou e engrandeceu em contacto e no respeito dos outros.

A decisão da União Europeia de considerar 2018 como consagrado ao património cultural constitui um marco emblemático no momento em que há tantas incertezas e ameaças para um projeto europeu de paz, hospitalidade, entreatajuda, desenvolvimento sustentável e defesa da diversidade cultural. Estão em causa a cidadania livre e responsável, a soberania partilhada, a união de Estados

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudmadeira.com

livres e soberanos, a democracia supranacional, a subsidiariedade e o desenvolvimento orientado para a dignidade humana. Eis por que este ano europeu pode e deve constituir-se num desafio às universidades, às instituições, à sociedade civil e a todos os europeus para que o património cultural seja considerado como fator de mobilização em torno da defesa do que é próprio e do que é comum. A memória das guerras e em especial da II Guerra Mundial obriga-nos a pensar que uma cultura de paz europeia só poderá ser duradoura se à dimensão económica e monetária soubermos aliar a expressão cultural e política, com a qual poderemos tecer a coesão, a justiça distributiva, a equidade intergeracional e o primado da aprendizagem. Longe das boas intenções que enchem o inferno e precisamos de cuidado e atenção para o que somos, de onde vimos e para onde vamos.

Guilherme D'Oliveira Martins

Administrador executivo da Fundação Calouste Gulbenkian, coordenador nacional do Ano Europeu do Património Cultural.

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre uma estratégia da UE no domínio das relações culturais internacionais

Terça-feira, dia 4

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre

Relatores: Elmar Brok (PPE) e Silvia Costa (S&D)

Comissão dos Assuntos Externos e Comissão da Cultura e da Educação

- **Alguns dados em ter em conta antes da leitura do relatório:**

- Em 2018 assinala-se o 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem;

- Em 2015, o valor das exportações de bens culturais foi de 57 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 23%, face ao registado no ano anterior. Por outro lado, o valor das importações atingiu 150,7 milhões de euros, mais 1,8% do que em 2014. Consequentemente, verificou-se um agravamento de cerca de 26,6% no défice da balança comercial de bens culturais, que se situou em 94 milhões de euros. **(dados Portugal)**

- De acordo com os dados do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), em 2015 realizaram-se cerca de 622 mil sessões de cinema, com um total de 14,6 milhões de espectadores/as (mais 2,5 milhões face ao ano anterior) e 75 milhões de euros de receitas de bilheteira. Em relação ao total, 59% de espectadores/as e de receitas de bilheteira relacionaram-se com filmes de origem norte-americana. As coproduções foram responsáveis por 30% das sessões, 27% de espectadores/as e receitas. No ano foram exibidos 160 filmes portugueses (menos 225 do que em 2014) a que corresponderam 4% das sessões e 6% de espectadores/as e receitas. **(dados Portugal)**

- Segundo o Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas, em 2015 as Câmaras Municipais afetaram 392,2 milhões de euros às atividades culturais e criativas (mais 11% do que no ano anterior), destacando-se os seguintes domínios: atividades interdisciplinares (24,8%), património cultural (24,5%), artes do espetáculo (23,9%) e bibliotecas e arquivos (17,5%). **(dados Portugal)**

- A UE e os seus Estados-Membros têm raízes culturais, linguísticas, históricas e religiosas comuns e, inspirando-se no património cultural, religioso e humanista da Europa, lograram unir-se na sua diversidade; que as culturas europeias e o património cultural, tanto material como imaterial, representam a diversidade das sociedades e das regiões europeias, das suas sociedades maioritárias e também das suas culturas minoritárias;

- **Exposição de motivos:**

- Este relatório apresenta os seus objetivos e propõe uma série de ações concretas e de recomendações, ao abrigo do capítulo «governança e instrumentos», recomendação esta que a União Europeia deve adotar, tendo em vista a criação de uma futura estratégia para as relações culturais internacionais;

- O relatório conjunto está estruturado em torno de quatro vertentes: Objetivos; Governança e instrumentos; Abordagem interpessoal e estratégia global da UE;

- O relatório pretende promover os direitos culturais como parte integrante dos direitos humanos fundamentais e aquilatar a cultura pelo seu valor intrínseco, enquanto quarto pilar independente e transversal do desenvolvimento sustentável, juntamente com as dimensões social, económica e ambiental;

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudmadeira.com

- O relatório apela para que sejam reforçadas as sinergias entre todos os intervenientes envolvidos, incluindo os Estados-Membros, as organizações internacionais e as autoridades locais, a fim de assegurar a eficiência dos recursos.

- O relatório apela à Comissão e à VP/AR para que apresentem planos de ação anual e plurianual neste domínio, que devem incluir ações, prioridades temáticas e geográficas estratégicas, e objetivos comuns, e à revisão periódica da aplicação da comunicação conjunta, do que o Parlamento deve ser notificado;

- Solicita ainda a inclusão da cultura em todos os atuais e futuros acordos bilaterais e multilaterais de cooperação, dotados de orçamentos adequados, e o reforço da dimensão internacional, em especial no âmbito do programa Erasmus, Europa Criativa e Horizonte 2020.

- O relatório propõe a criação de um programa específico da UE e recursos centrados na mobilidade internacional e nos intercâmbios, em especial de jovens artistas e de profissionais culturais e criativos, tais como programas de residência;

- O relatório apela à UE para que colabore estreitamente com todos os Estados que partilham os seus objetivos e valores e estão dispostos a agir a seu favor; este aspeto é particularmente importante para estabelecer uma ação legítima e estável, para que a UE seja reconhecida como «ator global»;

- **Processo de fontes:**

- O relator reconhece que a comunicação conjunta visa promover a cooperação cultural no interior da UE e com os seus países parceiros, e promover uma ordem mundial baseada na manutenção da paz, na luta contra o extremismo e a radicalização, através do diálogo intercultural e inter-religioso, na prevenção de conflitos, no respeito do Estado de direito, na liberdade de expressão, liberdade artística, na compreensão mútua, no respeito dos direitos humanos, na diversidade cultural e linguística e nos valores fundamentais;

- O relator sugere que cada Estado-Membro possa lançar ações conjuntas com a UE, para destacar todos os anos um Estado-Membro diferente da UE, através, por exemplo, de exposições e coproduções, conferindo um papel especial à presidência rotativa, a fim de produzir um valor intrínseco adicional para a UE e de aumentar a visibilidade das suas ações e iniciativas no estrangeiro, nomeadamente através de delegações da UE, disponibilizando recursos humanos e financeiros específicos para o efeito;

- Destaca o papel dos meios de comunicação social independentes na promoção da diversidade cultural e de competências interculturais, bem como a necessidade de os reforçar enquanto fontes de informação credíveis, especialmente na vizinhança da UE;

Governança e instrumentos: (página 10 do documento)

- O relator apela à Comissão para que, no próximo quadro financeiro plurianual, estabeleça uma rubrica orçamental destinada a apoiar as relações culturais internacionais nos programas existentes e em futuros convites à apresentação de propostas, em especial na próxima geração de programas no domínio da cultura e da educação, para que estes possam desenvolver as respetivas ações de forma adequada no plano internacional;

- No relatório existe uma proposta para a criação de um programa específico da UE, cujos recursos sejam direcionados para a mobilidade e para programas de intercâmbio internacionais, tais como programas residenciais para jovens artistas e profissionais no domínio cultural e criativo;

- Neste contexto, propõe que os antigos alunos e beneficiários do Programa Erasmus e de outros programas de mobilidade, educativos e de voluntariado sejam incentivados a aplicar as suas

qualificações e competências interculturais em benefício dos outros, tornando-se atores influentes no desenvolvimento de parcerias no domínio das relações culturais externas;

- Salienta a importância da mobilidade dos jovens e dos sistemas de cooperação universitária, enquanto medidas extremamente importantes para estabelecer relações culturais e académicas a longo prazo;

- Apela à Comissão para que reforce a dimensão internacional dos programas Erasmus+, Europa Criativa, Europa para os Cidadãos e Horizonte 2020;

- Exorta a Comissão a reforçar e a alargar o programa COSME (o Programa da UE para a Competitividade das Empresas e Pequenas e Médias Empresas), a fim de cobrir a estratégia no domínio das relações culturais internacionais, bem como a estimular, através dos programas temáticos da UE, as pequenas e médias empresas (PME) que operam no sector cultural em países terceiros;

- Solicita a criação sem demora de um mecanismo de prevenção, avaliação e reconstrução do património cultural em risco, e de avaliação de prejuízos, incluindo um mecanismo de resposta rápida a situações de emergência, para salvaguardar o património em países atingidos por conflitos, com base na experiência dos capacetes azuis da ONU na iniciativa da «task force» para a cultura, em cooperação estreita e estruturada com a UNESCO, e com o apoio tecnológico do programa Copernicus — Programa Europeu de Observação da Terra; congratula-se, a este respeito, com a adoção, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Resolução 2347, que refere que a destruição do património cultural pode constituir um crime de guerra e apela à UE e ao SEAE para que trabalhem com todos os parceiros a fim de contribuírem para a prevenção de conflitos, a consolidação da paz, e o processo de restauração e reconciliação em todas as zonas de conflito;

Apela à coordenação a nível da UE para combater o tráfico ilícito de bens culturais saqueados durante conflitos armados e guerras, bem como para a restituição de tais objetos, reconhecendo que essa coordenação exerce um papel vital nos esforços tendentes a bloquear o financiamento de grupos terroristas;

Abordagem interpessoal: (página 15 do documento)

- Os jovens são um dos principais grupos-alvo da UE e dos países parceiros e a sua exposição a outras culturas e línguas proporciona experiências que frequentemente geram afinidades ao longo da vida, e reconhece que as artes do espetáculo, as artes visuais, as artes urbanas, a música, o teatro, o cinema, a literatura, os meios de comunicação social e as plataformas digitais em geral constituem os melhores canais para os alcançar e implicar;

- Defende medidas tendentes a facilitar o mais possível os países terceiros a continuarem a participar em projetos transfronteiras e conjuntos, como os itinerários culturais europeus do Conselho da Europa, bem como a incluí-los como intervenientes na futura estratégia recomendada para as delegações da UE em países terceiros, permitindo-lhes retirar todo o proveito para o seu trabalho em países terceiros de atividades culturais da UE como a Capital Europeia da Cultura e o Prémio LUX; recorda que as ferramentas digitais, as plataformas tecnológicas, como a Europeia, e as redes culturais, podem desempenhar um papel vital para alcançar audiências mais vastas e divulgar boas práticas;

Estratégia global da UE; (página 17 do documento)

- Insta a UE e os Estados-Membros a reforçarem os recursos disponíveis de acesso à educação e à cultura, em especial para os menores migrantes e refugiados na UE e em países terceiros; solicita apoio aos «corredores de ensino» para os estudantes universitários de universidades

da UE (em colaboração com universidades telemáticas), e respeitando sempre a diversidade linguística e cultural;

Lins úteis: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2017-0220+0+DOC+XML+V0//PT>

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=279263935&PUBLICACOESstema=00&PUBLICACOESmodo=2

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a promoção da coesão e do desenvolvimento nas regiões ultraperiféricas da UE: aplicação do artigo 349.º do TFUE

- Fonte1: Jornal económico - 03/02/2017
Link: <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/parlamento-europeu-aprovado-mecanismo-protoger-produtores-banana-europeus-119124>

Parlamento Europeu: aprovado mecanismo para proteger produtores de banana europeus

O Parlamento Europeu aprovou quinta-feira um mecanismo de salvaguarda para proteger os produtores de banana europeus devido à adesão do Equador ao acordo comercial entre a UE e a Colômbia e o Peru.

As novas regras aprovadas pelo PE, e acordadas com o Conselho, introduzem um alerta precoce para antecipar e reagir melhor ao aumento das importações e evitar perturbações no mercado europeu. O Equador é o principal exportador de bananas para a União Europeia – os principais produtores europeus são a Espanha (sobretudo devido à produção das Canárias), a França (territórios ultramarinos) e Portugal (particularmente a região ultraperiférica da Madeira).

O regulamento aprovado quinta-feira pelo Parlamento Europeu por 544 votos a favor, 78 contra e 21 abstenções, alarga ao Equador o atual mecanismo de estabilização para as bananas, em vigor desde 2013.

As novas regras preveem um melhor acompanhamento e controlo da evolução das quantidades e dos preços das importações e do seu impacto no mercado europeu. Haverá um “alerta precoce” quando os volumes de importação atingirem 80% do limiar de desencadeamento do mecanismo de estabilização.

“A alteração do regulamento deve garantir uma proteção efetiva dos produtores europeus. Deve permitir prever melhor qualquer aumento das importações de bananas para a União, antecipar e reagir melhor”, afirmou a relatora da comissão parlamentar do Comércio Internacional, Marielle de Sarnez (ALDE, França).

Quanto aos deputados portugueses que intervieram no debate refira-se que Fernando Ruas (PPE) considerou que “a alteração regulamentar hoje tem como foco principal a banana, que é um dos frutos mais consumidos na União Europeia, que absorve um terço das exportações mundiais, sendo a sua principal origem o Equador. Os produtores europeus estão concentrados nas regiões ultraperiféricas de Portugal, Espanha e França, e são responsáveis apenas por 11,4% do consumo europeu, aliás, o seu único mercado”.

Segundo o deputado, em Portugal a produção está localizada sobretudo na Madeira e ainda nos Açores, e “constitui uma importante alavanca de desenvolvimento económico, de criação de emprego, de fixação das populações e, curiosamente, também da modelação paisagística que importa preservar”.

“Deste importante compromisso interinstitucional, realço a criação de instrumentos estatísticos fidedignos sobre a evolução das quantidades e dos preços das importações, a avaliação da situação dos produtores europeus e a apresentação de um relatório sobre a aplicação do mecanismo de estabilização para as bananas”, sublinhou Ruas.

Francisco Assis (S&D) também referiu que "as relações económicas e comerciais entre a União Europeia e os países da América Latina são da maior importância e nas atuais circunstâncias internacionais, devem ser rapidamente incrementadas".

Depois de recordar que o Equador e a Colômbia, de onde provêm mais de metade das bananas consumidas na Europa são o exemplo de dois países que merecem ser ajudados e apoiados pela União Europeia", Assis acrescentou que "não podemos esquecer que há 37 mil postos de trabalho que dependem, direta ou indiretamente, da produção de bananas em cinco países da União Europeia".

"O meu país, Portugal, é o terceiro produtor de bananas da Europa. A Madeira e os Açores produzem cerca de 20 mil toneladas deste fruto todos os anos. Este setor deve ser acautelado, até porque esta atividade diz respeito a territórios ultraperiféricos, a ilhas geograficamente bastante isoladas e, por isso mesmo, menos capazes de diversificar a sua economia em caso de prejuízos graves", sublinhou

Assis afirmou-se satisfeito pelo facto dos mecanismos de proteção agora estabelecidos pela Comissão Europeia e agora confirmados pelo Parlamento Europeu "apontarem para um melhor acompanhamento e controlo, além de serem um valioso contributo para corrigir desequilíbrios no mercado europeu resultantes de aumentos substanciais nas importações de banana".

"A solução encontrada tem o mérito de salvaguardar os interesses europeus sem pôr em causa, o que nos parece igualmente importante, os interesses destes países da América Latina, cujos volumes de exportação de banana continuarão a ter margem para crescimento", concluiu o deputado socialista.

Cláudia Aguiar, deputada do PPE natural da Madeira agradeceu o empenho da Comissária Cecília Malmström num acordo que "salvaguarda todos os agricultores e produtores de banana europeus"

"A partir de agora teremos uma cláusula de salvaguarda que poderá suspender as importações da América Central. A partir de agora, teremos acesso a mais informação sobre quantidades importadas. A partir de agora, será analisado o impacto das importações nas economias locais", disse

E que impacto têm estas importações em regiões como regiões ultraperiféricas portuguesas? Cláudia Aguiar explica: "Os produtores de banana, quer nos Açores, mas sobretudo na Madeira, têm neste novo regulamento uma proteção efetiva. São cerca de 40 mil postos de trabalho salvaguardados e é todo um setor que contribui, direta e indiretamente, para o desenvolvimento económico e social das nossas regiões que espero saia reforçado".

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a promoção da coesão e do desenvolvimento nas regiões ultraperiféricas da UE: aplicação do artigo 349.º do TFUE

- **Fonte 2: Diário de Notícias da Madeira - 22/04/2016**

Link: <http://www.dnoticias.pt/opiniao/artigos/582668-madeira-e-um-exemplo-de-sucesso-da-politica-de-coesao-da-uniao-europe-KHDN582668>

Madeira é um exemplo de sucesso da política de coesão da União Europeia

A convite do Presidente do Governo Regional, realizo agora uma visita à Região Autónoma da Madeira no âmbito do "roteiro da ciência" às cidades e regiões portuguesas inovadoras.

A Região Autónoma da Madeira é hoje um exemplo de sucesso da política de coesão da União Europeia. A mais-valia de 30 anos de projeto europeu estão à vista de todos os habitantes da Madeira. Como Comissário europeu para a área a Investigação, Ciência e Inovação, tenho o privilégio de gerir a pasta que lida com o futuro. Com efeito, hoje em dia, a criação de emprego, o crescimento económico e a competitividade passam inevitavelmente por mais investimento em investigação, ciência e inovação. Como região autónoma em Portugal e como região ultraperiférica na UE, estou certo que a Madeira tem o potencial para tornar-se aqui também num exemplo de regiões que mudam o paradigma da política regional, com um novo ímpeto para a inovação.

Neste minha visita à Madeira trago precisamente esta mensagem. Perante os desafios que a UE e as suas regiões enfrentam, urge aproveitar não só os fundos de coesão mas também o Horizonte 2020 e novos instrumentos, tais como o Plano Juncker. Vim à Madeira para conhecer melhor os projetos inovadores e a produção de conhecimento que é feita nesta Região. E dar a conhecer as oportunidades proporcionadas pelo programa Horizonte 2020. As sinergias entre o programa Horizonte 2020 e os fundos estruturais visam aumentar a quantidade e a qualidade dos investimentos, assegurando um impacto maior dos fundos aplicados na economia regional e na criação de emprego. Este efeito, por si só, motiva os atores envolvidos a maiores sinergias, desde as autoridades públicas regionais, à universidades, centros de investigação e sector privado. No mundo global de hoje, há-que saber ser diferente. Com a sua localização ímpar, as suas potencialidades económicas e o êxito do seu desenvolvimento, a Madeira possui um grande potencial neste campo. Os atores regionais já identificaram os sectores de especialização, as áreas onde a Madeira pode e deve apostar: naquilo que só de si depende, naquilo que é capaz de fazer diferente, que são os seus recursos endógenos. Só assim se mitigam os estigmas da insularidade e se vence nos mercados globais. Porque no mundo de hoje, mas importante que o local onde estamos, por mais belo que seja, é a inovação que trazemos para o mercado.

Carlos Moedas, Comissário Europeu

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a promoção da coesão e do desenvolvimento nas regiões ultraperiféricas da UE: aplicação do artigo 349.º do TFUE

Quarta-feira, dia 5

Apresentação de relatórios:

Relatório sobre a promoção da coesão do desenvolvimento nas regiões ultraperiféricas da UE: aplicação do artigo 349.º do TFUE

**Relatores: Younous Omarjee (GUE/NGL)
Comissão do Desenvolvimento Regional**

- **Alguns dados em ter em conta antes da leitura do relatório:**

- O artigo 349.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) tem em conta a situação social e económica estrutural das regiões ultraperiféricas (RUP), situação agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e climas difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos;

- O artigo fez com que o Conselho europeu adotasse medidas específicas destinadas a estabelecer as condições de aplicação dos tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns. Essas políticas incidem sobre as políticas aduaneiras e comercial, fiscal, zonas francas, políticas nos domínios da agricultura e das pescas, condições de aprovisionamento em matérias-primas e bens de consumo de primeira necessidade, auxílios estatais e condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da União;

- Essas medidas são aplicadas tendo em conta as características e os condicionalismos especiais das RUP, sem pôr em causa a integridade e a coerência do ordenamento jurídico da União, incluindo o mercado interno e as políticas comuns;

- Neste momento, existem nove regiões ultraperiféricas: Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião, Saint-Barthélemy, Saint-Martin, Açores, Madeira e Canárias. França, Portugal e Espanha são os países representados;

- As RUP estão situadas nas bacias das Caraíbas, do Oceano Índico e do Oceano Atlântico, que conferem a União Europeia o estatuto de potência marítima mundial, que o seu posicionamento geoestratégico contribui para a dimensão mundial da União e que são caracterizadas por recursos naturais, marítimos e haliêuticos excepcionais, representando mais de 50 % da biodiversidade mundial;

- Segundo a Comissão Europeia, a "economia azul" representa cerca de 5,4 milhões de postos de trabalho e um valor acrescentado bruto de quase 500 mil milhões de euros por ano;

- No período entre 2014 e 2020, o apoio financeiro da UE a todas as RUP chegou aos 13 mil milhões de euros;

- Principais exportações das RUP: açúcar de cana, rum, peixe, tomates, leite, banana, pêssegos.

- Em 2016 foram comercializadas na primeira venda 20.290,6 toneladas de banana na Madeira (+14,7% em relação a 2015);

- 37 mil postos de trabalho que dependem, direta ou indiretamente, da produção de bananas em cinco países da União Europeia";

- Portugal, é o terceiro produtor de bananas da Europa;

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

- **Na Madeira, no domínio da pesca, de janeiro a setembro de 2016** houve um aumento homólogo nas quantidades capturadas de pescado e por uma redução no valor de primeira venda. Com efeito, o volume de pesca descarregada fixou-se em 4 929,1 toneladas (+2,0%), enquanto o valor comercializado em primeira venda rondou os 12,9 milhões de euros (-1,7%). Apesar de ter registado uma quebra nas quantidades capturadas de 3,2%, a espécie com maior volume de capturas nos primeiros nove meses deste ano foi o atum e similares (52,7% do total). Porém, o valor de comercialização dos tunídeos cresceu 2,2%. A captura de peixe-espada preto diminuiu 3,9%, enquanto o seu valor de primeira venda caiu 2,0%. O preço médio de pescado apurado na primeira venda para o período em referência foi de 2,61€ (2,70€ no mesmo período de 2015). No caso do atum e similares este indicador atingiu 2,62€ (2,48€ no período homólogo) e para o peixe-espada preto os 3,64€ (3,57€ nos primeiros nove meses do ano precedente).

- Em 2014, para os Açores, os principais exportadores foram a Espanha, França e Angola. Em 2014, 74,4% dos bens importados da UE pelos Açores chegou via marítima;

- As medidas do POSEI (Programa de opções específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade), que são financiadas pelo Fundo Europeu de Garantia Agrícola) dividem-se em duas categorias: Acordos específicos de abastecimento destinados a atenuar os custos adicionais para o fornecimento de produtos essenciais para consumo humano, para processamento e como insumos agrícolas, e Medidas para apoiar a produção agrícola local;

- As dotações financeiras (por ano) para o programa [POSEI](#) somam para Espanha para 268,42 milhões, para a França para 278,41 milhões e para Portugal para € 106,21 milhões de euros;

- Açores tinham, em 2015, uma taxa de desemprego jovem (15-24 anos) de 41,5 por cento. As Canárias de 53,5%. O "campeão" das RUP do desemprego jovem é Maiote, com uma taxa de 60,7%.

- As zonas económicas exclusivas (ZEE) das RUP representam 2 507 537 km², ou seja, o equivalente à totalidade das ZEE continentais da União Europeia.

- As RUP ocupam uma posição importante na governação marítima, na monitorização das águas costeiras, no combate à pesca ilegal e na melhoria da segurança do transporte;

- Só em relação à UE, um terço do seu orçamento, 351, 8 mil milhões, foi reservado para a Política de Coesão 2014-2020;

- **Exposição de motivos:**

- Com este relatório, o Parlamento Europeu pretende fazer o balanço da aplicação do artigo 349.º, analisar o modo como a adaptação das políticas e legislações europeias nas RUP pode ser aprofundada e traçar uma perspetiva para uma melhor integração e tomada em consideração das RUP pela União Europeia;

- Na opinião do relator, embora a UE tenha em conta as necessidades das RUP fá-lo de uma forma ainda incompleta e com uma grande falta de coerência;

- O relatório encontra-se dividido em vários pontos-chave, nomeadamente: Política Agrícola; Política Comercial; Domínio de Pescas; Política de Coesão; Política Fiscal e Acesso e Participação das RUP nos Programas Horizontais (investigação, ambiente, educação, cultura, transportes, energia e telecomunicações);

- Como complemento, no relatório está ainda presente uma análise sobre a aplicação do POSEI, feita pela Comissão AGRI, que, na opinião do relator, confirma a relevância da adaptação

de um programa europeu às RUP e da sua capacidade para atingir os objetivos da política agrícola comum seguindo uma via diferente;

- O relatório encoraja a Comissão, o Conselho, os Estados-Membros em causa e as regiões ultraperiféricas a agirem de forma concertada para que as RUP passem a estar mais bem integradas na União, tendo plenamente em conta as suas especificidades e as suas necessidades próprias, e a encontrarem soluções concretas e a procederem às adaptações necessárias a fim de garantir às RUP um acesso à globalidade dos programas horizontais europeus, à semelhança do que é definido no artigo 349.º;

- **Processo de fontes:**

Ponto de situação do artigo: (página 9 do documento)

- O relator considera que o artigo 349.º do TFUE foi aplicado de forma limitada e que pode ser interpretado de forma mais inovadora e positiva, nomeadamente com vista a criar programas *ad hoc* e novas políticas específicas, com base nos pontos fortes das RUP, a fim de lhes proporcionar os meios de os explorar, nomeadamente em domínios como as energias renováveis, o crescimento azul, a investigação e o desenvolvimento, o turismo sustentável, a proteção da biodiversidade e a adaptação às alterações climáticas;

- O relator incentiva os respetivos Estados-Membros de França, Espanha e Portugal a prestarem um maior apoio às respetivas regiões ultraperiféricas;

- O relator solicita à Comissão que faça um balanço preciso da abordagem relativa às RUP e uma análise à situação económica e social de cada RUP, para garantir uma melhor consecução dos objetivos da política de desenvolvimento regional europeia, nomeadamente no que respeita à recuperação dos atrasos e ao desenvolvimento sustentável, a fim de permitir que as RUP se aproximem dos níveis médios de desenvolvimento da UE;

Política Agrícola: (página 10 do documento)

- Neste relatório, o relator constata que a supressão das quotas e dos preços garantidos desencadeada pela reforma da organização comum de mercado do açúcar em 2005 coloca os produtores de açúcar de cana das RUP numa situação de vulnerabilidade;

- Salienta a necessidade de tornar permanente o conjunto de dispositivos específicos criados no âmbito do artigo 349.º do TFUE para permitir a competitividade sustentável dessa indústria;

- Solicita a criação de um instrumento de apoio aos produtores de cana-de-açúcar em caso de queda dos preços mundiais do açúcar;

- O relator recorda que a produção de banana desempenha um papel essencial no tecido socioeconómico de certas RUP e apela à manutenção e ao aumento do apoio aos produtores;

Política comercial da União Europeia: (página 12 do documento)

- O relator considera que multiplicação de acordos comerciais com países terceiros, entre os quais se encontram os maiores produtores mundiais de banana e de açúcar, altera a repartição do mercado, gera pressão sobre os preços e ameaça a competitividade dos produtores comunitários destes géneros alimentícios;

- A política comercial da União não deveria pôr em risco as indústrias das RUP, uma vez que estas desempenham um papel importante a nível económico, social e ambiental;

Política marítima, pesca e crescimento azul sustentáveis: (página 13 do documento)

- Convida a Comissão a ponderar a criação de um sistema de apoio à pesca sustentável nas RUP com base no artigo 349.º do TFUE, tendo em conta o que está a ser feito no setor agrícola ao abrigo do programa POSEI;

Política de Coesão : (página 14 do documento)

- Recorda o objetivo partilhado da dupla integração das RUP; insta a que todos os mecanismos destinados à cooperação transfronteiriça entre as RUP, os países e territórios ultramarinos (PTU) e os países terceiros pertencentes à sua bacia geográfica sejam aprofundados e se tornem operacionais, nomeadamente através da manutenção e da melhoria das sinergias entre os dispositivos jurídicos e financeiros dos regulamentos relativos ao FED e ao FEDER;

- Recomenda que seja dada maior atenção à execução do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) no que diz respeito às RUP, às regiões menos desenvolvidas e às regiões mais isoladas;

- Recorda que o fundo mais importante no domínio da formação e do emprego é o Fundo Social Europeu (FSE); convida a Comissão, tendo em conta o carácter estrutural e os níveis críticos de desemprego nas RUP e com base no artigo 349.º do TFUE, que reconhece o direito das RUP a um acesso específico aos fundos estruturais, a estabelecer uma dotação adicional no âmbito do FSE a fim de apoiar a empregabilidade, a mobilidade e a formação nas RUP;

Política da concorrência e auxílios estatais (página 15 do documento)

- Alerta para as práticas comerciais como a isenção das tarifas alfandegárias normais, que podem desestabilizar os micromercados insulares das economias locais;

Investigação, ambiente, educação, cultura, transportes, energia e telecomunicações: (página 16 do documento)

- O relator considera que os programas horizontais da União devem prever condições de acesso específicas para as RUP a fim de assegurar uma participação efetiva e para que as vantagens destas regiões possam ser destacadas, nomeadamente no âmbito do programa Horizonte 2020, LIFE, COSME, Europa Criativa, etc.;

- Apela à otimização do acesso das RUP aos FEEL e ao programa Horizonte 2020, a fim de melhor interligar as respetivas universidades, centros de investigação e empresas inovadoras, contribuindo para que as mesmas se tornem territórios atrativos, promovendo um maior intercâmbio entre pessoas e instituições, não apenas das RUP, mas também com o Continente Europeu, os países e territórios ultramarinos (PTU) e os países terceiros;

- Acolhe com agrado o facto de o programa Erasmus+ incentivar à mobilidade dos alunos e dos jovens empresários das RUP ao prever um montante máximo de auxílio; apela à inclusão de disposições similares no programa Europa Criativa; Defende, todavia, que sejam mais tidas em conta no âmbito do programa Erasmus as características comuns das RUP, promovendo, nomeadamente, os intercâmbios entre RUP;

- Apesar de o considerando 37 do Regulamento Erasmus+ determinar que «[o]s condicionalismos resultantes do afastamento das regiões ultraperiféricas da União e dos PTU deverão ser tidos em conta na execução do Programa», os montantes dos subsídios de mobilidade Erasmus sejam frequentemente insuficientes em relação aos custos reais do deslocamento para a Europa continental de estudantes beneficiários provenientes das RUP;

- Convida a Comissão a alargar o novo dispositivo de mobilidade para os jovens, «Move2Learn, Learn2Move», aos cidadãos europeus que residem nas RUP, bem como a adaptar os montantes da cobertura do modo de viagem que lhes é oferecido aos custos reais que o deslocamento entre as RUP e a Europa continental implica; saúda a decisão da Comissão de não

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

limitar esse dispositivo apenas ao transporte ferroviário, o que efetivamente marginalizaria os jovens das regiões ultramarinas;

- Apela à criação de um programa específico, à semelhança do POSEI, para os transportes a fim de promover a coesão territorial, social e económica destas regiões e de reduzir a insularidade e dupla insularidade de determinadas RUP; salienta que tal programa deve prever o apoio ao transporte de pessoas e bens entre as RUP e o continente, dentro das RUP e entre as RUP, como os Açores, a Madeira e as Canárias; salienta que esse programa deve promover também as trocas comerciais entre estas regiões;

- Apela para que a União Europeia se empenhe de forma decisiva na internacionalização da acessibilidade das RUP, através de infraestruturas e rotas de transporte, tanto para o Continente Europeu, como para os países terceiros vizinhos e resto do mundo;

- Considera que as RUP podem constituir espaços privilegiados para a criação de projetos-piloto, pelo que as medidas devem ser aplicadas de maneira transversal nos diferentes Estados-Membros;

- **Parecer da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento rural (página 20 do documento)**

- Releva a importância do Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 15 de dezembro de 2015, que determina o artigo 349.º do TFUE como a base jurídica adequada para adotar e modular medidas legislativas da União, consolidando assim o estatuto das RUP e a necessidade de se adotarem medidas específicas e diferenciadas relativamente a todas as políticas da União, com o objetivo de atenuar os constrangimentos estruturais, conjunturais, permanentes ou temporários, destas regiões, permitindo, desta forma, às suas economias competir em pé de igualdade com o resto da União;

- Destaca a contribuição do POSEI para o desenvolvimento, a diversificação e a manutenção da agricultura nas RUP;

- Apela para que se considere a criação de um POSEI específico destinado a apoiar os transportes entre ilhas e das ilhas para o continente, não esquecendo que a dupla insularidade constitui o principal entrave ao desenvolvimento;

- Alerta para o potencial impacto negativo dos acordos de livre comércio sobre as produções tradicionais das RUP (leite, carne, pêsego, açúcar, banana e rum) e observa que – dado que a UE tem eliminado progressivamente muitas medidas de proteção à importação de produtos agrícolas e alimentares e assinado vários acordos de acesso preferencial com países em desenvolvimento – a vantagem conferida pela isenção de direitos aduaneiros está a diminuir; insta a Comissão a cumprir o compromisso, decorrente do regulamento POSEI, de analisar o impacto das negociações comerciais sobre as matérias com interesse para as RUP e a incluir e informar estas regiões sobre os processos negociais;

- Reitera a importância dos dispositivos de apoio aos sectores do leite, da banana e do açúcar; salienta a importância de medidas de acompanhamento transparentes e de cláusulas de salvaguarda eficazes e facilmente acionáveis; insiste na necessidade de excluir os açúcares especiais das negociações comerciais e apela à introdução de cláusulas de salvaguarda comerciais para o leite proveniente das RUP;

- Insta a Comissão a realizar análises regulares dos mercados das RUP afetadas por acordos comerciais e a consultar as autoridades nacionais e regionais e os produtores das RUP em causa para tomar decisões sobre medidas de apoio adequadas, incluindo compensação financeira, no caso de (poder) ocorrer uma deterioração grave da situação dos produtores ou dos mercados, devido a concessões comerciais a países terceiros;

- Salaria que a grande distância entre as RUP e os mercados de bens de consumo determina a necessidade de um duplo armazenamento, em virtude da logística moderna; convida, por isso, a Comissão a considerar, no âmbito dos regulamentos relativos aos investimentos nessas regiões, a elegibilidade das instalações de armazenamento situadas fora do território das RUP;

Links úteis: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A8-2017-0226+0+DOC+PDF+V0//PT>

Liliana Rodrigues
Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu
Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre os recentes incêndios em Portugal e em Espanha

- **Fonte 1: Observador - 25/06/2017**

Link: <http://observador.pt/2017/06/25/incendio-400-pessoas-retiradas-de-hoteis-e-parques-de-campismo-em-espanha/>

Incêndio no sul de Espanha corta várias estradas e isola 50.000 pessoas

Um incêndio de grandes dimensões no sul de Espanha, a 65 quilómetros de Portugal, está a ser combatido por 25 meios aéreos. O alerta foi dado às 21h30 de sábado, menos uma hora em Lisboa.

Cerca de 50.000 pessoas ficaram este domingo isoladas na localidade de Matalascañas devido ao incêndio que começou em Moguer (Huelva), sul de Espanha, que obrigou ao corte de várias estradas, segundo autoridades espanholas citadas pelos meios de comunicação social locais.

Um incêndio florestal deflagrou na noite de sábado numa zona de pinheiros e de culturas de Moguer (Huelva), tendo penetrado no Parque Natural de Doñana, a cerca de 65 quilómetros da fronteira com Portugal.

As chamas estão a ser combatidas por mais de 550 operacionais do Infoca (o serviço andaluz de extinção de incêndios), da Unidade Militar de Emergências (UME) e do Consórcio Provincial de Bombeiros, apoiados por mais de duas dezenas de veículos e cerca de 25 meios aéreos.

Segundo fontes dos municípios afetados, citadas pelo jornal El País, foram cortadas três estradas, entre elas a A-494 e A-483 — esta última entretanto reaberta —, que ligam a Matalascañas, uma estância no coração do núcleo turístico no Parque Nacional de Doñana, deixando 50.000 pessoas dependentes da reabertura, mas com as autoridades a assegurar que não correm risco.

Na zona está um contingente de cerca de 80 guardas-civis que estão a gerir o trânsito e a prestar auxílio às cerca de 2.000 pessoas que ficaram desalojadas na sequência do fogo (sobretudo de alojamentos turísticos).

Cerca de 2000 pessoas foram retiradas de parques de campismo e de um hotel no sul de Espanha devido ao incêndio.

Entre as pessoas mobilizadas pelas autoridades espanholas estão turistas alojados em parques de campismo e hotéis daquela região, habitantes locais e militares de uma base em Arenosilla, avançam os meios de comunicação espanhóis, como o El País, citando informações do centro de emergência espanhol. Só no parque de campismo de Doñana foram retiradas 1500 pessoas, esclareceu o delegado do Governo da Andaluzia, Antonio Sanz.

Apesar do esforço de bombeiros e militares no terreno para evitar que as chamas alcançassem o Parque Nacional de Doñana, o incêndio acabou por entrar em território protegido. Os limites do parque ficam a pouco mais de 60 quilómetros de Vila Real de Santo António, na fronteira algarvia com Espanha. Entre os meios aéreos enviados para o local estão quatro aviões anfíbios de Madrid, Málaga e Salamanca e três helicópteros Kamov mobilizados a partir de Jaén, Cádiz e Cáceres.

As primeiras indicações apontam para mão criminosa na origem do incêndio. O responsável pelo Meio Ambiente e Ordenamento do Território de Andaluzia, José Fiscal, referiu, citado pelo El País, que “tudo aponta para que a mão do homem esteja por detrás” do fogo que já arde há 14 horas. “Na noite passado não foi detetado qualquer raio na zona”, acrescento.

As cerca de 400 pessoas retiradas pelas autoridades foi realojada temporariamente em pavilhões desportivos de Mazagón, de Moguer e em hotéis da zona de Matalascañas. Houve ainda pessoas

que fugiram por iniciativa própria de suas casas durante a noite e que acabaram por ficar em casa de familiares mais afastadas do incêndio.

Além destes, as autoridades optaram por evacuar também um centro local de reabilitação para toxicodependentes. Todos os residentes foram levados para instalações da câmara de Almonte em El Rocío.

Nas redes sociais, a página dos serviços de prevenção e combate de incêndios da Andaluzia dava conta dos meios enviados para o terreno. Devido à hora tardia a que o fogo deflagrou, só esta manhã foi possível acionar os meios aéreos.

De acordo com os serviços de emergência, alguns dos cerca de 2000 desalojados já tiveram autorização para regressar aos locais onde estavam hospedados ou às próprias casas, depois de passarem a noite em pavilhões desportivos da região.

Também a praia de Matalascañas está temporariamente isolada, à espera que o incêndio dê uma trégua aos milhares de turistas que “aguardam indicações para pegar nos carros, sem saber para onde ir”.

“Matalascañas só tem duas vias de acesso, a estrada que une com Mazagón, que está cortada — e bem — desde cedo, e que leva a Rocío e a Almonte, onde se apanha a autoestrada que leva a Sevilha. Não há por onde sair”, explicou à agência de notícias espanhola EFE, Gregorio Corbalán, habitante do município.

Esta estância balnear hospeda frequentemente milhares de visitantes de cidades vizinhas, especialmente de Sevilha, que passam o fim-de-semana em hotéis ou a acampar na área.

De acordo com a EFE, da praia não se vê o incêndio, apenas os aviões bombardeiros que recolhem água do mar.

“Disseram-nos que é muito difícil que o fogo chegue até aqui, embora o acampamento de Mazagn, que é a 10 quilómetros tenha sido completamente queimado”, observou um outro visitante citado pela EFE.

A presidente da Junta de Andalucía, Susana Díaz, já agradeceu na rede social Twitter à população de Matalascañas a sua colaboração “facilitando o trabalho dos operacionais contra o incêndio em torno [do parque] de Doñana”.

As chamadas obrigaram a evacuar os turistas que estavam no hotel Solvasa, os parques de campismo Doñana e Cuesta de la Barca, assim como o Instituto Nacional de Técnica Aeroespacial do Ministério da Defesa (INTA) na base de El Arenosillo e várias vivendas, segundo o serviço de emergências citado pela EFE. Segundo fontes do Infoca, a localidade de Mazagón “praticamente esvaziou de gente”.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre os recentes incêndios em Portugal e em Espanha

- **Fonte 2: Público - 19/06/2017**

Link: <https://www.publico.pt/2017/06/19/sociedade/noticia/incendio-em-pedrogao-grande-consumiu-30-mil-hectares-de-floresta-1776164>

Incêndio de Pedrógão Grande é o maior de sempre em Portugal

Chamas já consumiram mais de 30 mil hectares de floresta, superando os números negros dos piores incêndios de 2003 e 2012.

O incêndio na zona de Pedrógão Grande já consumiu mais de 30 mil hectares de floresta desde sábado passado, segundo dados do Sistema Europeu de Informação de Fogos Florestais (conhecido pela sigla EFFIS). Este valor ultrapassa largamente os números atingidos nos grandes incêndios de 2012 em Tavira e de 2003 na Chamusca — os dois maiores fogos até agora em Portugal.

No distrito de Leiria, entre Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Aguda já arderam 25.969 hectares desde o passado sábado. Já no concelho de Pampilhosa da Serra o fogo consumiu outros 7310 hectares, a que acrescem outros 481 hectares no concelho de Oleiros, distrito de Castelo Branco, segundo o EFFIS. Neste distrito, a área ardida foi contabilizada desde domingo.

Estes valores colocam a tragédia de sábado como a mais negra de sempre no país em termos de incêndios. Não só em número de vítimas, mas também de área ardida. O fogo de Cachopo, em Tavira, em Julho de 2012 passa agora a ser o segundo maior, com 24.843 hectares de área ardida, seguido pelo de Ulme, na Chamusca, que em Agosto de 2003 destruiu 22.190 hectares.

No ano passado, os incêndios florestais mais graves aconteceram nos concelhos de Arouca e São Pedro do Sul, onde o fogo consumiu no total cerca de 29 mil hectares de terreno. No período entre Janeiro e Outubro de 2016, a área ardida contabilizada foi de 160.490 hectares, um recorde nos últimos dez anos, de acordo com o relatório do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e que só tem dados até ao último trimestre.

Já neste ano, até dia 15 de Junho, foram registados 5760 incêndios em Portugal, que consumiram 15.184 hectares. Os dados mais recentes do ICNF ainda não incluem o trágico incêndio do último fim-de-semana, mas mostram que o cenário já era negativo e que vai piorar. Nestes primeiros seis meses do ano, a área ardida já representava mais 60% do que a média da área ardida entre 2007 e 2016, de 9636 hectares.

Tanto o número de ocorrências como a área ardida estão acima da média registada entre 2007 e 2016 para o mesmo período de 1 de Janeiro a 15 de Junho. Em termos de área ardida, o valor só tinha sido ultrapassado em 2009, 2012 e 2015, mostram os dados enviados ao PÚBLICO. O número de ocorrências é o terceiro mais elevado neste período.

“Comparando os valores do ano de 2017 com o histórico dos últimos dez anos destaca-se que se registaram mais 32% de ocorrências e mais 58% de área ardida relativamente à média verificada no decénio 2007-2016”, explica o ICNF, que destaca também o elevado número de reacendimentos.

O Sistema Europeu de Informação de Fogos Florestais baseia os dados em estimativas com base em 80% da área total ardida que são depois confirmadas pelas autoridades nacionais. Assim, os totais contabilizados tendem a ser mais elevados.

Nas estatísticas de área ardida divulgadas desde 1980 pelas autoridades nacionais, o ano de 2003 continua a figurar como o pior, com 425.726 hectares. Segue-se 2005, com 338.262 hectares consumidos pelo fogo. O ano de 2008 é o que apresenta melhor registo, com apenas 17.244 hectares atingidos pelas chamas.

O último balanço sobre o incêndio florestal que deflagrou no sábado em Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, confirmou que há 63 vítimas mortais. Já tinham sido confirmados 62 óbitos, somando-se agora mais um, de um bombeiro que estava internado em Coimbra. Há ainda 135 feridos, entre os quais 121 civis, 13 bombeiros e um militar da GNR. Dos 135 feridos, sete estão em estado grave: cinco bombeiros voluntários e dois civis. Há ainda dezenas de deslocados, estando por calcular o número de casas e viaturas destruídas.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho
Sobre os recentes incêndios em Portugal e em Espanha

• **Alguns dados sobre os incêndios:**

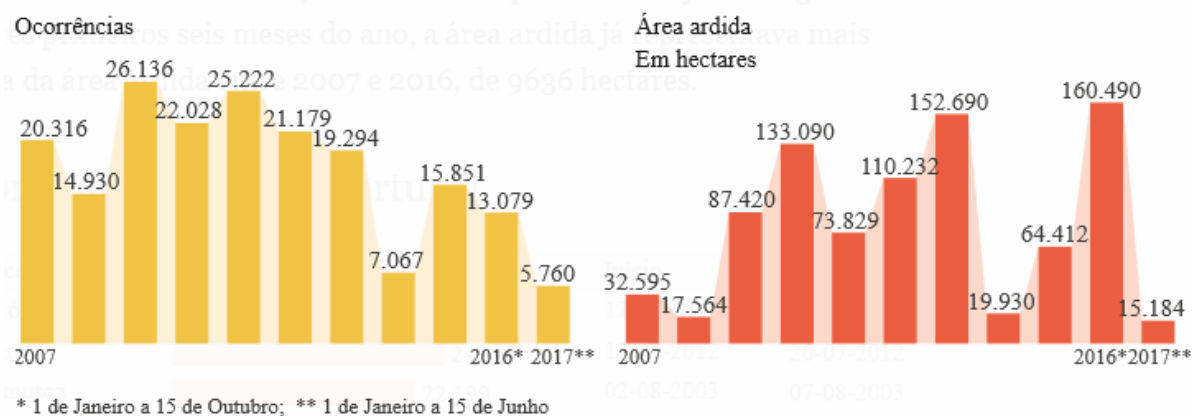
Portugal

- Área queimada: 53 000 hectares
- Mortos: 64
- Feridos: 254
- Causa: Trovoada Seca.
- Início: 17 de junho
- Fim: 24 de junho
- Local: Pedrógão Grande

O Mecanismo de Proteção Civil foi ativado pela Comissão Europeia no dia 18 de junho. França, Itália e Espanha enviaram meios para Portugal.

Os cinco maiores incêndios em Portugal

| Freguesia | Concelho | Área ardida (ha) | Início | Extinção |
|-----------------|-----------------|------------------|------------|------------|
| Pedrógão Grande | Pedrógão Grande | 25.969 | 17-06-2017 | |
| Cachopo | Tavira | 24.843 | 18-07-2012 | 20-07-2012 |
| Ulme | Chamusca | 22.190 | 02-08-2003 | 07-08-2003 |
| Janarde | Arouca | 21.910 | 08-08-2016 | 13-08-2016 |
| Belver | Gavião | 20.088 | 01-08-2003 | 06-08-2003 |



O governo português manifestou intenção de recorrer ao Fundo de Solidariedade (FSUE), fundo que visa a prestar apoio em caso de catástrofes naturais de grandes proporções.

Links úteis:

http://effis.jrc.ec.europa.eu/static/effis_current_situation/public/index.html

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
 Committee on Women's Rights and Gender Equality
 Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudmadeira.com

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a situação na Turquia

- **Fonte 1: Jornal de Notícias - 3 de Maio de 2017**

Link: <http://www.jn.pt/mundo/interior/ai-exige-libertacao-de-120-jornalistas-presos-na-turquia-7201884.html>

AI exige libertação de 120 jornalistas presos na Turquia

A Amnistia Internacional exigiu esta quarta-feira, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a libertação de mais de 120 jornalistas presos na Turquia e convocou protestos em várias cidades em todo o mundo.

Mais de 250 mil pessoas assinaram uma petição online lançada na internet pela Amnistia Internacional (AI) em fevereiro em apoio à iniciativa "O jornalismo não é um crime" e "liberdade para os media turcos", para denunciar a repressão contra a liberdade de expressão no país.

Pelo menos 156 meios de comunicação foram fechados na Turquia após a tentativa de golpe de Estado de 2016.

A AI contabiliza o número de jornalistas detidos em 120, mas a Plataforma para o Jornalismo Independente (P24), com sede em Istambul, indica que há 163 jornalistas presos na Turquia e a maioria foi detida após a tentativa fracassada de golpe de Estado no dia 15 de julho do ano passado.

No primeiro trimestre de 2017, 38 jornalistas foram presos no país, detalha, por outro lado, um relatório sobre a liberdade de imprensa do diário digital Bianet.

Ao abrigo do estado de emergência, imposto no passado dia 20 de julho, depois da tentativa golpista, pelo menos 156 meios de comunicação foram fechados e mais de 2500 jornalistas e trabalhadores de meios de comunicação perderam o emprego

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a situação na Turquia

- **Fonte 2: RTP Notícias - 17 de Abril de 2017**

Link: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/estado-de-emergencia-na-turquia-prolongado-apos-o-referendo_n995737

Estado de emergência na Turquia prolongado após o referendo

Um milhão e meio de votos apenas foram decisivos para a vitória de Erdogan. Foi a margem mais curta de sempre para uma vitória eleitoral do Presidente turco em 15 anos e irregularidades na validação de milhão e meio de boletins deverão ser o argumento da oposição para contestar os resultados do referendo de domingo.

De acordo com a televisão CNN Turk, o estado de emergência vai ser prolongado no país.

O executivo irá reunir-se dentro de algumas horas para decidir sobre a questão, de acordo com a recomendação do conselho de Segurança Nacional, afirmou à televisão A Haber o vice-primeiro-ministro Nuretin Canikli.

Apesar da vitória, Erdogan já afirmou claramente que não pretende dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas. As alterações ao regime político turco previstas no referendo só deverão aliás entrar em vigor completamente em novembro de 2019, após novo ato eleitoral.

O país está dividido ao meio, com as zonas urbanas e o sudeste curdo a contestar o presidencialismo e as zonas mais rurais a favorecer o Presidente. A diferença entre o 'sim' vitorioso e o 'não' derrotado foi apenas de um milhão e 200 mil votos. A validação de um milhão e meio de votos não carimbados deverá por isso ser o principal argumento da oposição para contestar os resultados. Tem dois dias para o fazer.

A comissão eleitoral já veio dizer contudo que a decisão de validar votos não carimbados não é inédita. Em declarações aos jornalistas esta manhã, Sadi Guven, presidente da Comissão Eleitoral, YSK, referiu nomeadamente que apesar de não estarem carimbados, tanto os envelopes como os boletins validados à última hora eram válidos. A decisão de os validar foi tomada antes dos resultados serem introduzidos no sistema, acrescentou.

Sadi Guven afirmou também que tantos membros do partido do poder, o AKP, como representantes da oposição estiveram presentes nas assembleias de voto. Há contudo informações de que milhares de eleitores em todo o país se queixaram de terem sido impedidos de votar livremente.

As acusações de fraude invadiram as redes sociais e não é claro até onde poderá ir a contestação popular. O líder do principal partido da oposição, o CHP (Partido Popular Republicano), apelou esta segunda-feira à anulação do referendo.

"Neste momento é impossível determinar quantos votos desses existem e quantos foram carimbados à posteriori. A única decisão de porá fim ao debate sobre a legitimidade (do voto) e aliviar as preocupações políticas das pessoas é a anulação desta eleição pelo YSK", referiu Bulent Tezcanm, líder do CHP, em conferência de imprensa.

Logo depois do anúncio da vitória do 'sim' registaram-se confrontos em Ancara - onde o 'não' venceu - mas ninguém foi preso. Os observadores internacionais veem pouca margem para a oposição ganhar a contestação dos resultados.

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development
Committee on Women's Rights and Gender Equality
Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759
Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759
www.gabineteuropeudamadeira.com

Segunda-feira, a Missão de observação da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa, OSCE, vai dar uma conferência de imprensa para dar conhecimento do que observou nas assembleias de voto na Turquia.

UE suspensa

A chanceler alemã já apelou a um "diálogo respeitoso" na Turquia. A Comissão Europeia afirma que um resultado tão renhido implica que Ancara tenha de procurar "um consenso nacional abrangente" na implementação dos resultados.

Portugal afirmou esta manhã que o resultado do referendo na Turquia mostra um País bastante dividido. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, afirma que a posição Portuguesa é transparente e a favor da integração.

Sobre as relações com a União Europeia, o vice-primeiro-ministro turco Mehmet Simsek disse em entrevista à agência Reuters esta manhã, que a crispação registada no último mês deverá abrandar.

Os resultados do referendo tornam mais remota a eventual adesão da Turquia à UE, sobretudo quando o Presidente turco admite referendar a reposição da pena de morte. Paris já disse que uma tal consulta seria "uma rutura com os valores" europeus.

As relações entre Ancara e Bruxelas deverão desenhar-se ao longo de áreas de "interesse comum" referiu Simsek. Ancara pode pressionar o bloco europeu ameaçando abandonar o acordo financeiro pelo qual bloqueia a travessia de migrantes para a Europa

"Ontem o Presidente foi muito claro quando disse que haverá eleições em novembro de 2019", disse o vice-primeiro-ministro esta manhã à Reuters. "Temos trabalho a fazer", acrescentou.

Com as alterações à Constituição turca o Presidente será o chefe de Governo, nomeando os membros do executivo e um número indefinido de vice-presidentes, sendo-lhe ainda permitido seleccionar, nomear e remover altos funcionários públicos sem aprovação parlamentar.

Sessão Plenária de Estrasburgo - 3 a 6 de Julho

Sobre a situação na Turquia

Quarta-feira, dia 5

Apresentação de relatórios:

Relatório de 2016 da Comissão relativo à Turquia

Relatores: Kati Piri (S&D)

Comissão dos Assuntos Externos

- **Sobre a Turquia e alguns números da leitura do relatório:**

Capital: Ancara

População: 75 932 348

Regime Político: República

- Taxa de desemprego: 10,76% (FMI, 2015);
- Em 1999 a Turquia foi reconhecida com candidata à UE;
- Em 2005 começaram as negociações para a plena adesão da Turquia à UE;
- De acordo com os dados atualizados em 15 de junho, um total de 3.049.879 cidadãos sírios;
- Do número total de sírios contabilizados na Turquia, apenas 247 mil vivem em campos de acolhimento – normalmente compostos por estruturas pré-fabricadas – com alimentação proporcionada pelo Estado turco. Os restantes 2,8 milhões sobrevivem por conta própria;

Golpe de Estado em 2016:

- A 15 de julho de 2016 houve uma violenta tentativa de golpe de Estado que resultou na morte de 265 pessoas e cerca de 1.440 ficaram feridas;
- Pelo menos 170 meios de comunicação foram fechados na Turquia após a tentativa de golpe de Estado de 2016 e cerca de 150 jornalistas foram detidos;

Referendo em 2017:

- No referendo de Abril de 2017, Erdogan obteve 51,3% dos votos dos eleitores (contagem de 99% do total de votos);
- Um milhão de 200 mil foi a diferença de votos entre o 'sim' e o 'não';
- Turquia tem 55 milhões de eleitores;
- Campanha nos media a favor do 'sim' superou largamente o tempo de antena do 'não';
- Oposição lançou dúvidas em relação à contagem de 37% dos votos;
- O país encontra-se em estado de emergência, após o golpe falhado de 15 de julho de 2016, onde morreram 265 pessoas e centenas ficaram feridas;
- Erdogan é presidente da Turquia desde 2014. Antes tinha sido primeiro-ministro, entre 2003 e 2014. Com a vitória de 16 de abril, pode ficar na presidência até 2029;
- 380.000 Polícias e guardas foram deslocados em todo o país para garantir a segurança do referendo;

Liliana Rodrigues

Committee on Regional Development

Committee on Women's Rights and Gender Equality

Committee on Culture and Education

liliana.rodrigues@europarl.europa.eu

Brussels - Tel. +32 2 28-45759 - Fax + 32 2 28-49759

Strasbourg - Tel. +33 3 881-75759 - Fax +33 3 881-79759

www.gabineteuropeudamadeira.com

O que mudou com o referendo:

- Em termos gerais, a Turquia deixa de ser uma república parlamentar (mais próxima do sistema português), para se tornar uma república presidencialista (semelhante ao regime dos EUA). As mudanças permitirão que Erdogan possa concorrer mais duas vezes, podendo assim continuar na presidência até 2029;

- Em 2019 deixa de existir o cargo de primeiro-ministro. O presidente do país passa a ser chefe de Estado e de Governo ao mesmo tempo;

- Os ministros são escolhidos pelo presidente e é criada a figura de vice-presidente, podendo haver vários;

- Presidente deixa de estar obrigado a uma neutralidade política e pode manter laços de filiação com partidos. Erdogan poderá assim reassumir a liderança do AKP;

- Deputados mantêm poder legislativo, mas perdem poder de escrutínio e de interpelação;

- Parlamento passa a ter 600 deputados em vez dos atuais 550 e os mandatos passam a ser de cinco em vez de quatro anos;

- Presidente passa a nomear quatro dos 13 juizes do Supremo Tribunal de Justiça do país;

- Tribunais militares serão abolidos;

- Presidenciais e parlamentares passam a ser disputadas no mesmo dia, de cinco em cinco anos;

- O Presidente pode dissolver o Parlamento e assim provocar eleições antecipadas. Mas o Parlamento também pode dissolver-se a si próprio com uma maioria de três quintos. Como as eleições parlamentares e presidenciais são no mesmo dia, isto significa que o Presidente ao dissolver o Parlamento está também a pôr um fim ao seu mandato e que o Parlamento ao autodissolver-se faz caducar a presidência. Se a iniciativa partir do Parlamento e acontecer durante o segundo mandato presidencial, o Presidente passa a poder candidatar-se uma terceira vez;

• Processo de fontes:

- Este relatório está dividido nas seguintes secções: Introdução; Direitos humanos e liberdades fundamentais e Relações UE-Turquia;

- Neste relatório, o relator toma nota do resultado do referendo, que teve lugar em 16 de abril de 2017, realizado no quadro do estado de emergência e em circunstâncias que obstaram a uma campanha justa; apoia a realização de uma verificação independente de todas as alegações relativas a irregularidades; regista as observações da Comissão de Veneza sobre a reforma constitucional e salienta que a proposta de alterações constitucionais não respeita os princípios fundamentais da separação de poderes e de um equilíbrio de poderes;

- Recorda a sua posição a partir de Novembro de 2016 para congelar o processo de adesão com a Turquia;

- Observa que as medidas tomadas na sequência da declaração de estado de emergência visaram alegados militantes ou apoiantes do movimento Gülen, dissidentes, em geral, e partidos políticos da oposição, em particular; condena com veemência a detenção de 13 deputados pertencentes ao Partido Democrático Popular (HDP), nomeadamente os seus copresidentes, bem como 90 presidentes de câmaras municipais curdos; exorta o Governo turco a levantar de imediato o estado de emergência; sublinha que a reintrodução da pena de morte violaria os compromissos internacionais assumidos pela Turquia e conduziria à suspensão imediata das negociações de adesão à UE;

- Manifesta a sua profunda preocupação com a constante deterioração da situação no Sudeste da Turquia, em especial nas zonas em que foi decretado o recolher obrigatório, onde alegadamente cerca de 2 000 pessoas foram mortas no quadro de operações de segurança e onde, de acordo com estimativas, cerca de meio milhão de pessoas terão sido deslocadas no período compreendido entre julho de 2015 e dezembro de 2016; observa que os gabinetes locais do Ministério Público têm persistentemente recusado abrir inquéritos para investigar as alegadas execuções;

- Lamenta que, pelo segundo ano consecutivo, as marchas da comunidade LGBTI em Ancara e Istambul tenham sido proibidas; está seriamente preocupado com a violência baseada no género, a discriminação, os discursos de ódio, os crimes de ódio contra as minorias e as violações dos direitos humanos das pessoas LGBTI;

- Condena firmemente as recentes declarações proferidas pelo Presidente, Recep Tayyip Erdoğan, que acusou alguns dirigentes da UE de «práticas nazi» e adverte para o facto de, se continuarem a ser proferidas, este tipo de declarações injustificadas irão comprometer a credibilidade da Turquia enquanto parceiro político;

- Visa as medidas desproporcionadas empreendidas na sequência da declaração do estado de emergência visando, através da detenção, demissões, detenções e confisco de propriedade, não apenas milhares de pessoas que são alegados / apoiantes do movimento Gülen, mas também dissidentes em geral

- Aguarda provas convincentes quanto aos perpetradores da tentativa de golpe; Condena firmemente a prisão de 11 deputados pertencentes ao Partido Democrático Popular (HDP), incluindo os seus copresidentes, Figen Yuksekdog e Selahattin Demirtas, de um deputado do Partido Popular Republicano (CHP) e de 85 presidentes de câmara curdos;

Link úteis: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A8-2017-0234+0+DOC+PDF+V0//EN>